

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL FRANCA – SP

1 01ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE FRANCA – 16 DE

2 JANEIRO DE 2025.

3 Ao décimo sexto (16°) dia do mês de janeiro de dois mil e vinte e cinco (2025), às oito horas e dezessete minutos (8h17), 4 iniciou-se a primeira (01ª) Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social de Franca, realizada 5 presencialmente, na Secretaria de Ação Social - Avenida Champagnat - 1750 - Centro - Franca-SP. A reunião foi 6 coordenada pelo vice-presidente, Eder Furtado Ribeiro. Estiveram presentes na reunião quatorze (14) conselheiros(as), 7 sendo nove (09) da Sociedade Civil e cinco (05) do Poder Público, com os(as) seguintes Conselheiros(as) Titulares: 8 André Luís Pereira de Souza, Mirian Suzete Monteiro, Élcio Bento Teodoro, Viviane Cristina Silva Vaz Ribeiro, Karla 9 Cristina Miranda Melo, Roberta Pucci de Melo, Eder Furtado Ribeiro, Jandira de Almeida Ramos, Christiane Hakime de 10 Souza e Teresinha Vicentina Silva Goulart. Conselheiros(as) Suplentes na Titularidade: Aline Lima da Silva e Rosania 11 Aparecida Silva Palamoni. Conselheiros(as) Suplentes: Maria Aparecida Donizete de Souza e José dos Reis Marcelino 12 Silva. Pela Secretaria-Executiva do CMAS estiveram presentes: Maria Amélia Faciroli Vergara, Secretária Executiva 13 e a estagiária, Luiza Pasquarelli. Também participaram da reunião pessoas convidadas da rede socioassistencial e outros. 14 A pauta da reunião, foi aprovada com a inserção do item 4.3, solicitado pela equipe da Gestão, ficando da seguinte forma 15 4.1 – Apresentação das atualizações do PMAS Estadual – 2025 para deliberação do colegiado 4.2 – Deliberação 16 sobre novo aporte de Recursos financeiros do Estado para Vigilância Socioassistencial 4.3 - Apresentação de 17 Proposta para Reprogramação da Saldo de Emenda Parlamentar Federal – 2021 (Nº 351620020210002) 4.4 – 18 Proposta de Convocação da 14ª Conferência Municipal de Assistência Social – 2025 e Complementação da sociedade 19 civil na Comissão Organizadora 4.5 – Deliberação sobre Emenda Federal – ADEFI – Associação dos Deficientes 20 Físicos de França e Região 4.6 — Corte nos Recursos Federais — discussão e proposta de encaminhamento 4.7 — 21 Definição de prazo para revisão e atualização dos Planos de Ações das Comissões de Trabalho – RECONDUZIDO 22 4.8 – Relatos da Comissão de Controle Social do PBF sobre a Revisão e Atualização da Resolução CNAS 15.2014 – 23 que orienta os Conselhos de Assistência Social – CAS quanto à sua organização e ao seu funcionamento como 24 instância de participação e de controle social do Programa Bolsa Família (PBF) e do Cadastro Único de Programa 25 Sociais do Governo Federal - CadUnico. RECONDUZIDO 5 - INFORMES: 5.1 - Publicação da PORTARIA MDS 26 Nº 1.041, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2024 – Estabelece os mecanismos de funcionamento do Índice de Gestão 27 Descentralizada do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único, como instrumento de apoio à gestão e à execução 28 descentralizada e de fortalecimento da gestão intersetorial do Programa, e dá outras providências. RECONDUZIDO 29 5.2 – Publicação da LEI Nº 15.077, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2024 – Altera as Leis nºs 8.171, de 17 de janeiro de 30 1991 (Lei da Política Agrícola), 8.742, de 7 de dezembro de 1993 (Lei Orgânica da Assistência Social), 14.601, de 19 31 de junho de 2023 (Lei do Programa Bolsa Família), e 14.995, de 10 de outubro de 2024, para dispor sobre políticas 32 públicas; e dá outras providências. RECONDUZIDO 5.3 - Publicação da Deliberação CONSEAS nº 32.2024 -33 Dispõe sobre o Pleito Eleitoral 2025 para escolha de representantes da sociedade civil (entidades de assistência social, 34 pessoa idosa, pessoa com deficiência, pessoa em situação de rua) – habilitação até 14.02.2025 <u>5.4</u> Palavra aberta 35 as(os) Conselheiras(os) e convidadas(os). O vice-presidente, Éder, iniciou a reunião cumprimentando os(as) 36 Conselheiros(as) e convidados(as) presentes e informou que conduziria a reunião em razão das férias da presidente 37 Márcia. Solicitou que a verificação do quórum do CMAS e a chamada fossem realizadas. Verificado e confirmado o 38 quórum, com a presenca de doze (12) conselheiros(as) titulares ou suplentes na titularidade, foram apresentadas as



40

41

42

43

44

45

46

47

48

49

50

51

52

53

54

55 56

57

58

59

60

61

62

63

64

65

66

67

68

69

70

71

72

73

74

75

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL FRANCA – SP

seguintes ausências com justificativa: Maria Nedy Santos, Lindsay Lemos Gonçalves Ferreira, Márcia Tomie Nakao Marina Borges de Araújo, Daniela Junqueira Palhares, Jaqueline Santos de Paula, Elaine Pereira de Sousa, Michelle Cristina da Silva Mariano, Cristina Malta Guimarães, Alba Valéria Oliveira Ruiz, Aline Tatiane Silva de Assis, Simone Martins Ramos, Fernanda Peixoto Cintra Meneghetti, Denize Benez Ornellas Graciano, Adriana Aparecida Salviano Martins, Sônia Maria de Andrade Souza, Marina Célia Scarabuci de Almeida, Susana Mendes de Carvalho, Karla Migani de Andrade Tozzi, Vanda Maria Pires Rodrigues, Gabriel Ferreira dos Santos e Geisla Fábia Pinto. Com o quórum necessário de leitura antecipada da Ata da 20ª Reunião Ordinária (21/11/24) o colegiado deliberou pela aprovação da mesma. Dando sequência passou-se à discussão sobre os assuntos constantes na pauta, iniciando-se pelo item: 4 -ASSUNTOS: 4.1 – Apresentação das atualizações do PMAS Estadual – 2025 para deliberação do colegiado; A palavra foi passada para a conselheira e Chefe de Gabinete da SEDAS, senhora Jandira de Almeida Ramos e para a servidora Sandra Carvalho para que conduzissem a apresentação das atualizações que foram realizadas no sistema do PMAS WEB Estadual para o exercício de 2025. Inicialmente Jandira explicou que se trata de uma atualização anual no sistema do PMAS Web Estadual que visa especialmente o repasse dos recursos de cofinanciamento estadual, que é baseado nas informações inseridas neste sistema. Maria Amélia lembrou que no ano passado aconteceu uma capacitação, realizada pela DRADS-Franca, na qual participaram ela e a conselheira Aline Lima. Em seguida a servidora Sandra iniciou a sua apresentação pelo próprio sistema on line, explicando do que se trata cada bloco e demonstrando as alterações realizadas. O primeiro bloco é a identificação, que contém dados do Prefeito, Órgão Gestor da Assistência Social, estrutura de recursos humanos e os conselhos do município. O segundo bloco é o diagnóstico social, que também teve algumas atualizações. O terceiro bloco se trata da rede de proteção social pública no qual são atualizadas as metas, recursos, serviços realizados, os programas e projetos municipais, estaduais e federais. Sandra informou que neste bloco foi realizada a inclusão do CRAS Nordeste que foi implantado. Também houve uma reorganização no recurso da Média complexidade, na Rede direta, no valor de R\$ 155.000,00 que anteriormente era todo canalizado na Proteção Social Especial de Media Complexidade, mas com a redução do repasse dos recursos federais, a gestão definiu por dividir esse valor entre a Proteção Básica e Proteção Especial de Média Complexidade, dividindo o recurso entre CRAS, CREAS e Centro POP. Disse também que já foram inseridos os valores de reajuste anual pelo índice do IPC-FIPE, no valor de 3,97%, ficando de acordo com o aditamento dos contratos de parceria. Foi demonstrada a rede de serviços que é bastante extensa e Maria Amélia mencionou que o Conselho é responsável por atualizar as informações sobre as organizações inscritas, conferindo se as informações de inscrição estão corretas e se estão regulares ou não. A mesma já realizou essa atualização e todas estão regulares neste momento. Disse que nem todas as entidades que são inscritas no CMAS, constam no PMAS, visto que em exercícios anteriores houve a exclusão de algumas, tais como a FEAPAES, CIEE e Sociedade Espirita Legionárias do Bem e agora para retornar ao sistema são exigidos procedimentos complexos que são inviáveis neste momento. Sandra destacou que o sistema é "engessado" e relatou algumas dificuldades deste que precisariam ser resolvidos. Éder lembrou sobre o recurso de Auxilio Aluguel que ainda não tem previsão de repasse, apesar de já estar normatizado e com o Aceite do município. Dando seguimento, Sandra apresentou o quarto bloco que contempla as interfaces com outras políticas públicas. O quinto bloco é de financiamento e contém os recursos do município, do Estado e da União. O sexto bloco, se trata do planejamento e traz as diretrizes



77

78

79

80

81

82

83

84

85

86

87

88

89

90

91

92

93

94

95

96

97

98

99

100

101

102

103

104

105

106

107

108

109

110

111

112

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL FRANCA – SP

e prioridades, sendo demonstradas algumas ações previstas e o status, se está iniciado, finalizado, adiado ou cancelado. Jandira confirmou que tem a previsão de reforma do CRAS Oeste, dentre outras ações. O sétimo bloco apresentado constam as ações de Vigilância, Monitoramento e Avaliação. E por fim, o bloco do CMAS, no qual o Conselho é responsável por atualizar as informações do Presidente, estrutura do CMAS, dentre outras. Neste bloco também ficam as informações de pareceres do Conselho. Finalizada a apresentação o colegiado discutiu sobre o baixo cofinanciamento do Estado e União e também sobre o fato de não constar a previsão de recursos para o Auxilio Aluguel para mulheres em situação de violência e nem para Beneficios Eventuais. Após debate deliberou pela aprovação da atualização do PMAS WEB – para 2025, com as seguintes considerações que deverão constar no Parecer: o cofinanciamento do Governo do Estado, fica muito aquém da realidade local, além disso há décadas não há correção dos recursos repassados para os serviços continuados; ausência de previsão para repasse de recursos para Beneficios Eventuais e para o novo Programa de Auxilio Aluguel às mulheres vítimas de violência, apesar de o município ter realizado o Aceite e participado de todas as reuniões e capacitações promovidas pelo Estado; também foi apontado pelo colegiado do CMAS que o repasse de recursos se inicia somente no mês de março, o que obriga o município a cobrir os meses de Janeiro e Fevereiro, uma vez que os serviços são continuados, impactando no planejamento orçamentário do município. Passou-se então ao item 4.2 - Deliberação sobre novo aporte de Recursos financeiros do Estado para Vigilância Socioassistencial. A palavra foi passada para Jandira, que explicou que a DRADS enviou orientações sobre a alteração e complementação do recurso de cofinanciamento estadual para ações da Vigilância Socioassistencial. Disse que será repassado para o município, um aporte de recurso no valor de R\$ 19.560,00 para despesas de investimento em complemento ao que já aprovado pelo conselho no final do ano passado, no valor de R\$ 34.720,00 para custeio. Essa alteração está prevista na Resolução SEDS 38.2024. O recurso será utilizado para aquisição de equipamentos para o setor, sendo notebook, datashow, dentre outras necessidades. O colegiado aprovou o aceite ao novo aporte de recurso. 4.3 - Apresentação de Proposta para Reprogramação da Saldo de Emenda Parlamentar Federal - 2021 (Nº 351620020210002) - Jandira e Sandra apresentaram o assunto informando que se trata de uma sobra do recurso de uma Emenda Federal de 2021, no valor de R\$ 200.000,00, que havia sido destinada para uso em transporte de usuários. O valor da sobra mais os rendimentos está em torno de R\$ 67.000,00, com a proposta de reprogramação em ações de custeio de despesas das Unidades Estatais de CRAS. Jandira disse que houve um corte drástico no repasse do recurso federal que está impactando nas contas do município. Disse que a gestão teve que encerrar contratos de oficinas para o PAIF, reafirmando que a ausência de recurso federal está prejudicando a continuidade e execução de ações do município e pontuou também que atualmente a gestão está sem contrato para transporte por falta de recurso. Viviane lembrou que no final do ano passado houve uma deliberação de recurso para manutenção do transporte e solicitou informações sobre aquele valor. Maria Amélia informou que era um recurso do Estado, no valor de pouco mais de cinco mil reais para complementar o atendimento com transporte. Sandra disse que aquele valor chegou no final do ano e agora será reprogramado e a definição de como será utilizado será apresentada pela Gestão posteriormente. Jandira disse que a situação está muito complicada por causa da redução de recursos federais e, portanto, estão tentando juntar todos os recursos possíveis, para que possa ser feito um novo contrato para realização de oficinas para o PAIF. Após apresentação o colegiado aprovou a reprogramação devendo ser considerado o valor de saldo de 31 de dezembro de 2024 e mais os rendimentos. A servidora Sandra passará esse saldo para constar na



114

115

116

117

118

119

120

121

122

123

124

125

126

127

128

129

130

131

132

133

134

135

136

137

138

139

140

141

142

143

144

145

146

147

148

149

150

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL FRANCA – SP

resolução de deliberação. 4.4 - Proposta de Convocação da 14ª Conferência Municipal de Assistência Social - 2025 e Complementação da sociedade civil na Comissão Organizadora — O vice-presidente Éder lembrou que este ano está prevista a realização das Conferências de Assistência Social. Maria Amélia informou que a temática central definida pelo CNAS é "20 anos do SUAS: construção, proteção social e resistência" e que o prazo para realização da Conferência Municipal é até 11 de julho. Disse que a Comissão Organizadora precisa ser recomposta para garantir a paridade entre poder público e sociedade civil e para tal, necessita da integração de 02 conselheiros(as) da sociedade civil. Assim, observou-se que a conselheira Viviane já havia se manifestado para compor essa comissão e a conselheira Karla Melo também se dispôs. Considerando os cortes de recursos do governo federal e o repasse ínfimo do Estado, Jandira e Éder fizeram algumas reflexões sobre a necessidade de debater sobre a ausência do Estado e da União no cofinanciamento. Jandira pontuou que chegou a refletir sobre uma proposta de não debater os eixos definidos pelo CNAS, e sim somente sobre financiamento, porém após discussões chegou a conclusão de que neste formato a conferência não seria validada pelos entes e assim, apresentou a proposta de debater o financiamento em todos os eixos. Viviane destacou que concorda que o financiamento deve perpassar todos os eixos propostos. Jandira manifestou preocupação com alguns direcionamentos que tem sido dados, acerca de ações que tem vindo para a assistência social, citando os hospitais de custódia que estão fechando com os usuários sendo encaminhados para a Assistência Social. Retomando o assunto, Maria Amélia ressaltou a importância desta discussão, pontuando que a temática sobre cortes seria debatida no próximo assunto, porém, naquele momento havia a necessidade de já pensar na convocação da Conferência e com uma previsão de data, uma vez que existe uma proposta de contratação de Assessoria, que demandará tempo para os trâmites de licitação. Jandira confirmou que a proposta da gestão é pela contratação de uma assessoria para realizar todas as ações, tais como o transporte, alimentação, facilitadores, relatórios, etc. Eder salientou que após a reunião, seria feita uma reunião da Comissão da Conferência para início dos trabalhos. Após debates definiu-se que a mesma ficaria prevista para a primeira semana de julho, com a possibilidade das datas de 03 e 04 de julho. Assim, o colegiado deliberou pela convocação da 14ª Conferência Municipal de Assistência Social para a primeira semana de Julho. Na sequência passouse ao item 4.5 – Deliberação sobre Emenda Federal – ADEFI – Associação dos Deficientes Físicos de Franca e Região. Jandira salientou que foi encaminhada para a Gestão a indicação da Emenda Parlamentar Federal nº 202431350004 e Programação nº 351620020240003, destinada a ADEFI, a ser aplicada no Serviço de Proteção Social Básica no Domicilio para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias, no valor de R\$ 100.000,00. A emenda está constando na classificação de investimento - GND 4. Viviane perguntou se essa emenda já está de acordo com a nova normativa nacional que prevê que 10% do valor ficaria para a Gestão, porém, durante a reunião essa questão não foi elucidada e será feita a consulta nas novas normativas. Eder pontuou que a referida emenda está destinada para o serviço da proteção social no domicílio que atende as pessoas com deficiência e pessoas idosas, sendo este um grande apoio às unidades estatais. Disse que a proposta da OSC é utilizar na aquisição de um veículo para uso dos cuidadores sociais nas visitas, uma vez que alguns ainda realizam os atendimentos domiciliares por meio de transporte público. Sandra observou que de acordo com a Portaria 1044/2024, no artigo 47, a aquisição do veículo pode ser feita pela Organização, anteriormente era obrigatório que o executivo municipal fizesse todo o processo de aquisição de bens, mas isso mudou com essa nova portaria. Jandira informou que a gestão manifestou o parecer favorável à aplicação da emenda. Finalizada a apresentação, o colegiado deliberou pela aprovação. 4.6 - Corte nos Recursos Federais - discussão e proposta de encaminhamento – Éder comentou que essa pauta foi uma sugestão da Jandira e passou a palavra para a mesma. Jandira



152

153

154

155

156

157

158

159

160

161

162

163

164

165

166

167

168

169

170

171

172

173

174

175176

177

178

179

180

181

182

183

184

185

186

187

188

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL FRANCA – SP

disse que anteriormente já havia iniciado a sua fala sobre esse corte e Maria Amélia apresentou uma Planilha de repasses, demonstrando uma grande redução no repasse de recursos federais para todos os serviços, especialmente nas 03 últimas parcelas. Disse que a única exceção foi em relação ao IGD PBF que tem mantido o repasse de acordo com os índices de condicionalidades e atualizações cadastrais. Jandira destacou que o corte foi na ordem de 64%, com o repasse de 36% apenas, salientando que o município está com dificuldades até mesmo para manter o repasse para as organizações executoras de serviços, tendo que complementar com recursos próprios. Disse que a sugestão da equipe de gestão é pela elaboração de um documento em conjunto com o Conselho, porém solicitou que o colegiado também avalie e proponha outras estratégias. Lembrou que em anos anteriores o conselho já atuou nesta questão elaborando um documento que foi encaminhado ao Ministério Publico Federal e outras instâncias, porém, ao questionar o município se havia descontinuidade, foi informado que não havia, e com base em normas nacionais o MPF entendeu que não havia prejuízo, o que não é a realidade de agora. Assim sendo, Jandira solicitou que aquele processo seja resgatado para que sirva de parâmetro. Maria Amélia sugeriu que seja feito um questionamento ao MDS para entender o motivo dessa redução e Éder concordou que seja feito concomitantemente as outras ações. Roberta e Jandira reforçaram que a conferência é um espaço para maior visibilidade e mobilização e que essa discussão deve estar presente em todos os momentos desta. Éder sugeriu também que seja feita uma articulação com municípios da região e Jandira disse que a DRADS pode apoiar esse movimento pois também tem esse papel. A conselheira Aline disse que a região de Fernandópolis realizou uma ação coletiva e protocolou um documento junto ao Fundo Nacional acerca destes cortes. Foram sugeridas articulações com diversos órgãos e instâncias, tais como o CNAS, CONSEAS, FNAS, MPF, CONGEMAS, COEGEMAS, CIB, CIT e outros. Assim ao final das discussões o colegiado definiu pela realização de uma reunião do Conselho com a equipe da Gestão para elaboração de um documento e também pela articulação dos municípios da região, com a solicitação de apoio da DRADS. Jandira resgatou as deliberações da conferência anterior sobre o eixo financiamento, pontuando que não houve avanços e sim retrocessos nesta área, sugerindo que essas deliberações também componham o documento a ser elaborado. Por fim, definiu-se que a comissão de orçamento e a mesa diretora ficarão responsáveis por essa articulação para a reunião e mobilização. Considerando o adiantado da hora foi proposto a recondução dos assuntos 4.7 e 4.8. Também foram reconduzidos os informes 5.1 e 5.2 uma vez que a responsável pelo Cadunico, Lidiane, estava presente na reunião para trazer informações sobre essas novas normativas e se dispôs em participar da próxima reunião. Sugeriu-se fazer a junção destes dois informes com o item 4.8 e inseri-los como assunto, pois estão interligados. 5.3 - Publicação da Deliberação CONSEAS nº 32.2024 - Dispõe sobre o Pleito Eleitoral 2025 para escolha de representantes da sociedade civil (entidades de assistência social, pessoa idosa, pessoa com deficiência, pessoa em situação de rua) - habilitação até 14.02.2025. Em relação a este item Maria Amélia explicou que está em curso o Pleito Eleitoral do Conseas para representantes da sociedade civil, destacando que em outros mandatos tivemos representantes de Franca no Conselho Estadual, sendo de grande importância essa representação. Aline Lima disse que uma representante da FEAPAES, Denise, é atualmente conselheira do CONSEAS no segmento pessoa com deficiência e existe a possibilidade de que ela concorra novamente. Jandira destacou a importância da articulação desta conselheira estadual com o CMAS, para que sejam debatidas demandas que possam ser levadas ao CONSEAS. E fez o convite para que a mesma participe das reuniões para trazer informações dos debates do Conselho Estadual. 5.4 - Palavra aberta as(os) Conselheiras(os) e convidadas(os). Não houve manifestações. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às dez horas e vinte minutos (10h20), tendo sido gravada para consulta dos



CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL FRANCA – SP

189 conselheiros que solicitarem. Eu, Secretária Executiva do CMAS, Maria Amélia Faciroli Vergara, lavrei a presente ata,

que uma vez lida e aprovada pelo colegiado, será anexada a lista de presença.